

ATA 20/2018 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 06 de Setembro de 2018, conforme a convocação o Plenário do Conselho reuniu-se no auditório da Casa dos Conselhos, para a 20ª Assembleia do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, sendo esta a quarta em caráter extraordinário, com a seguinte pauta **1. Discussão e encaminhamentos sobre a CRISE e os problemas do Hospital da Santa Casa.** O Coordenador da Mesa Diretora em conformidade com o Art. 24 do Regimento Interno do CMS, e; Considerando os problemas que afetam aos pacientes do SUS, em razão de uma CRISE financeira no Hospital da Santa Casa de Pelotas, o que em ESPECIAL, vem resultando em superlotação no PRONTO SOCORRO, e lotação nas enfermarias obstétricas dos demais hospitais da cidade que possuem maternidade, causando desconforto a trabalhadores e pacientes; Considerando que a Santa Casa não conseguiu cumprir o pactuado na reunião do Ministério Público Estadual, no dia 24/08/2018; Considerando que a Santa Casa não vem atingindo as metas pactuadas na contratualização com a SMS, e assim deixando prestar serviços essenciais a população; Considerando o pedido de renúncia da Santa Casa, em relação ao serviço de TRAUMATOLOGIA; Considerando que o Hospital vem diminuindo os serviços citados, e outros de necessidade da população; Em razão dos FATOS acima a Coordenação da Mesa Diretora do CMS, se sentiu na obrigação de convocar a todos Conselheiros e Conselheiras, para esta ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA. Estiveram presentes 28 conselheiros (as) e 6 visitantes que assinaram o livro de registros das presenças. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretária da Assembleia Tânia Bighetti deram início a reunião. A mesma lê o parecer da Comissão Técnica. A comissão reunida, nesta data, sugere ao Plenário debater e aprovar os encaminhamentos contidos no documento abaixo: diante de muitos problemas que vem ocorrendo no Hospital da Santa Casa, os quais vêm afetando o atendimento a população local e regional, em especial para com as gestantes, e a falta de leitos para atender as demandas do Pronto Socorro de Pelotas, propomos os seguintes encaminhamentos em razão dos fatos e observações a seguir: Dos fatos: 1) O Hospital reduziu drasticamente as internações, clínicas e especializadas no ano de 2018, gerando grandes problemas no Pronto Socorro; 2) Desativou os serviços obstétricos e ginecológicos, causando o fechamento da maternidade, e assim desestabilizando os outros serviços na cidade e na região; 3) O hospital não está atendendo as metas pactuadas, na maioria dos serviços; 4) O serviço de Cardiologia não está atendendo as metas de habilitação, e em especial a UCTI, não realiza o previsto na pactuação com a SMS; 5) O serviço de Oncologia tem sofrido constantes instabilidades; 6) As cirurgias estão diminuindo em todos os níveis, inclusive as de alta complexidade; 7) O serviço de traumatologia tem diversos problemas, dentre estes a faltas de materiais para os profissionais realizarem os procedimentos. Analisando estes itens e outros problemas ainda não citados, a comissão propôs ao Plenário os seguintes encaminhamentos: a) De a SMS reanalisar imediatamente as metas pactuadas com o Hospital e buscar de imediato o remanejo dos serviços, os quais o Hospital não tenha condições de realizá-los, para outros prestadores; b) De o Plenário do CMS analisar um pedido de auditoria junto ao DENASUS, TCE e ou outros órgãos públicos para fins de investigar a aplicação dos recursos públicos, recebido nos últimos anos; c) De CMSPEL continuar acompanhando as negociações com a SMS, em que o Hospital, esteja realizando ações, para sanar os problemas. Observação: O parecer da Comissão teve por base um documento elaborado pelo Coordenador da Mesa Diretora. O conselheiro Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, abre a discussão dizendo que a Comissão de Acompanhamento dos Contratos – CAC tem feito avaliação de todos os hospitais, e ao longo do período a Santa Casa tem a maior dificuldade em atingir as metas, tanto é, que neste ano vem reduzindo os serviços, o que sobrecarrega o Pronto Socorro, sem

contar com o clima de inverno que agrava a situação, o Pronto Socorro tem limite máximo de 40 pessoas aguardando leito, porém, em alguns dias chega a 70. Com o problema na obstetrícia os hospitais São Francisco de Paula e Hospital Escola (UFPel) tiveram que absorver as gestantes, desativaram outros leitos, em consequência, o Pronto Socorro teve oferta de menos leitos. Nesta semana houve manifestação dos médicos relatando alta carga horária de trabalho e o crescimento do número de gestante para atendimento, o coordenador da mesa reflete com os presentes que se não houver flexibilização corremos o risco de perder esses profissionais. Das metas pactuadas na maioria dos serviços o hospital tem dificuldade em atingir as mesmas, avaliamos que nesse último trimestre melhorou significativamente, mas em outros setores agravou, por exemplo, cardiologia não atinge as metas, especialmente em UCTI (Unidade Centro de Tratamento e Terapia Intensiva), o que acarreta problemas no Pronto Socorro. Oncologia tem sofrido instabilidade, nessa semana, retornou o acordo com a Secretaria Municipal de Saúde e os profissionais retornaram o serviço de radioterapia que estava parado no último mês. Dentro das metas pactuadas, nos últimos quatro períodos a Santa Casa foi penalizada com multas, sendo uma delas parcelada, o hospital tem sofrido por não prestar serviço e, acaba sendo penalizado, por sua vez, o município de Pelotas perde alguns serviços essenciais. A traumatologia tem diversos problemas, nos últimos períodos teve falta de materiais, o hospital não consegue pagar os fornecedores, em razão disso, os usuários aguardam maior tempo de espera para realizar algum procedimento. Por fim, o Coordenador de Mesa informa que está acompanhando as negociações entre a Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa, em seguida, noticia o recebimento de um ofício da Secretaria de Saúde nº 998/2018 referente a leitos da obstetrícia *“considerando o fechamento da maternidade do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Pelotas; considerando que estamos no início de um feriado prolongado; considerando a lotação das maternidades do Hospital Escola da UFPel e Hospital São Francisco de Paula já neste momento; considerando que os municípios vizinhos não conseguem ofertar o aporte na integralidade para atendimento de todas as gestantes do município e região. Informamos que solicitamos aos hospitais Sociedade Beneficência Portuguesa, Clinicamp e Miguel Pitcher, a disponibilidade de leitos para a demanda de obstetrícia”*. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG agradece ao Administrador, Mário, e ao Provedor da Santa Casa, Lauro Melo, pela disponibilidade de abertura de diálogo. Em seguida o conselheiro, membro da comissão de fiscalização e da CAC, fala que tinha referência dos quantitativos de leitos da Santa Casa, quando observava os relatórios de rotinas de internações do SUS notava 140 pacientes, o que preocupava, hoje à tarde verificou um de 92 internados, sendo que esse número há um tempo chegou a 190, por isso, sinto-me a vontade em dizer, se tirar 38 (traumato) dos 92 leitos de hoje, restará 54 leitos clínicos. O conselheiro fala que a situação está caótica, pois, temos que pedir reforço a outros hospitais, o mesmo pergunta por que deixou-se chegar a esta situação, precisamos buscar soluções, enfim, coloca-se a disposição para maior discussão. A conselheira Dra. Rosângela, representante da Secretaria de Saúde, externa que a situação da maternidade é muito delicada no momento, a Santa Casa fechou a sua maternidade em 03/08/2018, com isso, fizemos o possível para cobrir todas as gestantes do município, algumas ganharam seus filhos no município de Piratini e Jaguarão. Coloca que atua também no setor de regulação, e percebi que as gestantes não estavam tendo alta, então manifestei minha preocupação para a Secretária de Saúde, a médica conta que nos finais de semana as cidades do interior não tem retaguarda, às vezes mandamos gestantes para a cidade de Piratini onde é mais perto, ou Jaguarão mais distante, porém são hospitais com problemas de médicos anestesista, o que pode ocorrer fechamento em alguns dias da semana. Em Rio Grande não tem maternidade aberta para partos de baixo risco. São Lourenço do Sul oferece 1 a 2 leitos por dia, sendo que em Pelotas temos uma média de 12 partos por dias. Por isso entregamos este

documento de compra de leitos se houver falta de leitos. O Provedor da Santa Casa, Lauro Melo, discorre que o serviço da Santa Casa vem fechando, por que a saúde pública esta caótica, infelizmente temos déficit na tabela SUS, falta de repasse, sem a possibilidade de fazer empréstimos. O hospital não pode aumentar o tributo para aumentar a receita, mas a inflação dos produtos e serviços cabe ao hospital pagar. E pela complexidade da situação outros hospitais entrarão em crise se não recebemos o incentivo estadual dos meses de junho e julho, as despesas não foram pagas e nem reconhecidas pelo Estado, por isso, em 2018 ocorreu isto. Há quatro meses pedimos um adiantamento de um desses incentivos à prefeitura com a intenção de manter os leitos clínicos, contudo, o pedido não foi efetivado. Fizemos reunião com a Promotora Pública e Secretaria de Saúde na tentativa de adiantar o incentivo do mês de junho, condicionado ao hospital abrir a maternidade, tendo capital, não exclusivo da maternidade, com esse aporte seria possível dialogar com os médicos, entretanto, houve diversas tentativas de reuniões com os obstetras, mas apenas um profissional compareceu, isto é, não existiu interesse, pois não há garantias de pagamento. A conselheira Renata Gelain, representante do Hospital Universitário São Francisco de Paula, expressa entristecimento pela situação dos quatros hospitais, lamenta a perda do IHOSP (Incentivo de Co-financiamento da Assistência Hospitalar) e o déficit da tabela SUS, onde sobre cai no setor da maternidade, o Estado esta sendo omissos com a região, o Estado não pode olhar para cidade de Pelotas e pensar que é gestão plena que podemos nos virar, não é assim na visão jurídica da constituição, e nem assim da forma jurídica estabelecida pelas regras do SUS. O fato do município ser gestão plena não quer dizer que temos de assumir tudo, para isso se compactua com gestor estadual e federal as funções de serviço. O Conselho de Saúde tem que apoiar a Secretaria de Saúde, levar as propositivas politicamente para o Gestor Estadual, a conselheira enfatiza que Pelotas é referencia para 22 municípios, não adianta o município fazer o trabalho hercúleo no Pronto Socorro se o Estado não abraçar a causa. O conselheiro Mateus Santin, representante do Hospital Escola, se expressa dizendo que depende do serviço da Santa Casa, tem 300 funcionários da FAU (Fundação de Apoio Universitário), a EBERSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) assume isso com tranquilidade em parte da verba federal, mas é um custo altíssimo, os funcionários custam em torno de R\$ 700 mil. Estamos com mínimo de profissionais anestesistas, tentamos contratar mais, contudo, a EBSERH não conseguiu devido ao período eleitoral, em relação aos leitos da maternidade, de o HE assumir os 20 leitos não vai ser possível, já que, não conseguimos duplar anestesista e obstetra, nada adianta falar, pois pode piorar a situação cada vez mais, temos que juntar todas as forças e pressionar, com ordem judicial. O Reitor da UFPEL, Pedro Hallal, entrou em contato com o Presidente da EBSERH, o mesmo comentou que foi negado pelo MEC. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB diz que extraiu as falas e percebeu a situação caótica a qual abomina, na traumatologia e maternidade são os dois pontos mais graves. Pelo que entendi faltam recursos públicos e a defesagem da tabela SUS, antigamente os partos eram feito em casa, precisamos fazer um movimento nas bases, temos pensar numa solução para sair da crise. O visitante Cláudio Carrasco, estamos numa situação muito delicada, a tendência é piorar, conforme foi abordado os serviços das Unidades de Saúde não funcionam o que acaba sobrecarregando o Pronto Socorro de Pelotas. Acredito que está na hora do Conselho de Saúde assumir o papel deliberativo, inclusive de todos abrirem um processo ao Ministério Público, o período eleitoral não deve sobrepor às demandas de contratação, atuei dentro da Secretaria de Saúde e no último caso tive fazer uso da força por liminar em período eleitoral, a EBSERH tem que fazer por onde para contornar os problemas, todos nós temos abraçar a causa, proponho fazer ação conjunta. O conselheiro Marcos Schenatto representante do SIMERS relata possível causa para o que esta ocorrendo, o hospital foi se endividando, os médicos foram trabalhando sem remuneração,

por causa disso, o hospital não é considerando bom pagador, logo, não poderá fazer empréstimo, os profissionais estão cansados de trabalhar de graça. Tivemos reunião com a Santa Casa em busca de soluções. Os Prestadores de Serviços, as Casas de Saúde fizeram sacrifícios, mas não vejo o poder público fazer, não vejo a Prefeita se preocupar, nem a Secretária de Saúde, inclusive, o Sindicato Médico fez várias vezes provocações para solucionar o caos de Pelotas, o conselheiro utiliza a expressão ouvidos de mercador e compara com a Secretária de Saúde, isto é, o mesmo explica que a Secretária de Saúde ouve e faz o que quer. E o que o Conselho de Saúde faz, continua deixando acontecer isso, com essa Secretária de Saúde não vamos ter solução, é avessa ao diálogo, o sindicato solicitou várias vezes audiência, chegou ao ponto da vice-presidente estadual do sindicato médico, se deslocou de Porto-Alegre e no meio da viagem foi cancelado a reunião, essa senhora precisa ser retirada do cargo e deslocada a outro setor, para criar condições de diálogo, temos duas faculdade de medicina na cidade, será que tem falta de médico no município, questiona o conselheiro. Por que as Unidades de Saúde não tem médico, porque não tem Plano de Carreira Cargos e Salários para médicos, o conselheiro propõe uma solução igualmente feita por outros municípios de sentar-se à mesa com o sindicato médico colocar o diálogo, entendimento, salário decente que banque os médicos dentro das Unidades de Saúde. O visitante Dr. João Francisco Neves da Silva comenta do aporte financeiro dos níveis Estadual e Municipal que são obrigados a contribuir, no entanto, a União fica desobrigada a repassar, somente aporta o que falta, o visitante diz não há compromisso formal da União, a lei que criou disse que não existem esse compromisso de pagar, paga somente complementar, falta nós pressionar, uma das preocupações que tenho é carregar um pronto socorro, que na verdade “não é um pronto socorro”, não dá nem para ser pronto socorro municipal, porém, funciona como pronto socorro regional e quem banca é o município, com isso a nossa secretaria que poderia alcançar outro recurso para essas instâncias não conseguem porque tem manter o pronto socorro, a campanha que sugiro é fazer sobre a criação de um Pronto Socorre Regional isto está previsto no planejamento do COREDE-SUL. O conselheiro Wilmar Costa concorda com Sr. Claudio Carrasco deve acionar a judicialização como última medida a se adotar, cita a fala do Dr. João Francisco Neves de trazer o assunto do aporte financeiro da União, se umas das entidades que constituem a gestão da Saúde (Município, Estado e União) não contribuem com o percentual, abre a obrigação recai no Município ou Estado, ou seja, se a União não contribui irá cobrar de si mesma, questiona o conselheiro. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti diz que o problema principal está no congelamento dos investimentos até 2035. Comenta também sobre o poder judiciário, onde a Promotora Pública Estadual, Dra. Rosely Lopes está de férias. Quanto ao proposto pelo conselheiro Marcos Schenatto em fazer reunião para discutir sobre os recursos estaduais, porém, a promotora retornará após 12 de Outubro de 2018. Outra situação é que existe conflito com dois Ministérios Públicos o Federal e o Estadual, e ambos não conseguem trabalhar em conjunto. Em vista disso, o Conselho de Saúde não é chamado para as reuniões, com o MPE, somente é lembrado após as decisões, diferente do Sr. Paulo Charqueiro quando atuava, entrava sempre em contato com Conselho de Saúde sempre que necessário. Outro fato grave é a Promotora Pública em uma reunião com a Santa Casa, manifestar-se politicamente, dizendo a seguinte frase “*a culpa da tabela do SUS é pelos governos esquerdistas que teve nesses últimos anos*”. Independente das circunstâncias não podemos, nós ocupantes de cargos públicos manifestar opiniões políticas partidárias. Evidentemente a Promotora Pública deve ter deixado substituto, podemos entrar em contato. O conselheiro Vitor Hugo representante da ASUFPEL essa crise e atrasado dos repasses são devido a PEC, temos representantes que aprovaram a PEC, a Prefeita e vereadores do mesmo partido que são a favor. A crise está no Estado e temos que citar os nomes dos responsáveis, quem fez isso, o conselheiro fala que as decisões políticas atingem a todos. O conselheiro Wilmar Costa

representante da OAB comenta que esteve na reunião do Ministério Público juntamente com alguns membros do Conselho de Saúde, comenta que a sua trajetória de 45 anos de advocacia teve grandes disputas com alguns representantes do Ministério Público, o mesmo aborda que o MP prefere trabalhar de forma autônoma e independente, não gostam de interferência. Mas tenho que reconhecer que às vezes um ou outro tem razão, por exemplo, no Poder Judiciário atualmente a certa polêmica quanto a distribuição de competência, o que é da justiça do Estado e Federal, encontrei processo que teve ser discutido em tribunais, aqui em Pelotas não foi possível. É preciso identificar as competências do Ministério Público. A conselheira Renata Gelain representante do Hospital Universitário retifica a fala do Sr. Vitor Hugo solicita que não seja discutido política dentro do Conselho de Saúde, trabalho há 16 anos, se hoje tem dois meses de atraso Estadual, na época do governo passado foi a maior da história de atraso do Rio Grande do Sul, não é culpando que chegaremos numa solução. O conselheiro Mateus Santin representante do Hospital Escola politizar pouco adianta, temos encaminhar objetivamente a contratação dos anestesistas para cobrir os 20 leitos da Santa Casa. Propõe uma sugestão de judicialização, de o Conselho de Saúde via Ministério Público Federal (MPF) acionar a EBSEH e o MEC em Brasília-DF para uma contratação imediata dos profissionais, situação concreta que poderia amenizar a situação. A conselheira Jacqueline Dutra representante do SINURGS cita que grande parte dessa crise é em relação a falta de repasse do Estado, onde já foi maior em outras épocas. A conselheira acredita na praticidade, o nosso problema é com o Estado que está mais próximo e possível de ser negociado, temos que criar uma comissão onde podemos trabalhar junto com as autoridades do Estado, a conselheira sugere aproximarmos da CIB (Comissão Intergestora Bipartite), já que é interesse do município e região. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG convida o visitante Sr. Claudio Carrasco a vir participar das atividades do Conselho de Saúde. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB pergunta ao Coordenador da Mesa se pode esclarecer o resultado da consulta popular que a União tivesse que investir um percentual. O Coordenador da Mesa diz não há encaminhamento formal sobre isso, solicita que o conselheiro provoque a entidade OAB a encaminhar este tipo de demanda. O administrador da Santa Casa, Mário Luz, comenta sobre o item b a respeito do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS) a instituição trabalha por metas, alerta o perigo de vir a fazer auditoria e constatar que o hospital não cumpre o estabelecido, poderá ocorrer o descredenciamento do SUS. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG pede para que os conselheiros situem-se na palavra “*analisar*”. O conselheiro Pablo Martins representante da SINDISERF comenta que é contrário ao item b, propõe a retirada do mesmo. O provedor da Santa Casa, Lauro Melo, o item b aprovado, poderá ser um tiro no pé, a instituição infelizmente é radical em questão de auditoria, prestamos muito bem atenção na hora de votar este item. O visitante Sr. Claudio Carrasco, o DENASUS tem uma política muito rígida, entretanto, temos gente capacitada dentro do município para fazer auditoria, enfim, apoio a retirada do item b, a 3º Coordenadoria Regional de Saúde teria de estar presente, a Secretária de Saúde também. Para encerrar o visitante enfatiza que o encaminhamento ao Ministério Público Federal é plausível em função do recurso principal pago aos hospitais é do teto médio e alta complexidade. Após o extenso debate o Coordenador da Mesa identifica algumas propostas, primeiramente, será colocada em votação o parecer da COMTEC, tendo o item b uma nova proposta “*De o hospital Santa Casa de Misericórdia apresentar ao CMSPel (Conselho Municipal de Saúde) relatórios financeiros dos últimos 5 anos, para a COMFIN (Comissão de Finanças) analisar*”. É aprovada a nova proposta obtém (19) Dezenove votos favoráveis e (1) Uma abstenção. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB sugere mais uma alternativa de ir ao foro de Pelotas, dentro das dependências existe um departamento de conciliação que é preliminar a processos judiciais, está aberto a

comunidade em geral, o serviço pré consensual encaminha uma notificação da parte e comparece e faz acordo ou não, lembrando não envolve, digamos assim, processo judicial, seria um preparatório ao processo judicial. O Coordenador da Mesa encaminha para votação mais uma proposta de o CMSPel (Conselho Municipal de Saúde) encaminhar uma moção a Sra. Prefeita Paula Mascarenhas em relação as atividades da Secretária de Saúde, Ana Costa a qual proposta pelo conselheiro Marcus Schinatto, tendo está obtido (6) Seis votos favor e (11) Onze contrários e (5) Cinco abstenções. O conselheiro Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa, justifica seu voto cita que ser Secretário de Saúde é uma missão difícil atualmente, e propor a retirada para entrada de outro não seria saudável. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB faz uma analogia de quando um time de futebol não vai bem quem leva à bronca é o treinador, quer dizer que a exoneração da Secretária de Saúde não trará nenhuma contribuição. Depois de votadas as contestações, são listadas os itens para aprovação. 1) De a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) reanalisar imediatamente as metas pactuadas com o Hospital da Santa Casa e buscar de imediato o remanejo dos serviços, os quais o Hospital não tenha condições de realizá-los, para outros prestadores; 2) De o CMSPel (Conselho Municipal de Saúde) continuar acompanhando as negociações com a SMS, em que o Hospital, esteja realizando ações, para sanar os problemas; 3) De o CMSPel (Conselho Municipal de Saúde) contatar oficialmente o Estado do RS para este se manifestar sobre o descumprimento de suas obrigações nos repasses de recursos aos Hospitais e a Gestão Publica Municipal; 4) De o CMS (Conselho Municipal de Saúde) procurar o Ministério Público Estadual e autoridades do Judiciário local para expor os fatos debatidos nesta reunião e possíveis apoios destas autoridades; 5) De o CMS (Conselho Municipal de Saúde) procurar o MPF para relatar os fatos debatidos na reunião e solicitar apoio com a finalidade interceder junto a EBSERH para fins de ampliação dos funcionários do Hospital Escola pois haveria a possibilidade deste atender algumas demandas reprimidas. 6) De o CMS reivindicar pauta na CIR Regional para apresentar os problemas que vem ocorrendo em Pelotas e solicitar o devido apoio em razão do município servir de referencia à maioria dos municípios da Região; 7) De o CMS (Conselho Municipal de Saúde) encaminhar solicitação à OAB local um pedido para que esta entidade possa reivindicar através dos meios possíveis uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal para fins de ajustes nos valores da tabela SUS; 8) De o Conselho Municipal de Saúde reivindicar nos meios e órgãos possíveis para que ocorra em Pelotas a criação e ou constituição de um HPS (Hospital de Pronto Socorro); 9) De a Direção do CMS (Conselho Municipal de Saúde) realizar reunião com a Corregedoria do MPE (Ministério Público Estadual) para fins de analisar os procedimentos adotados pela Dra. Roseli Lopes, responsável pela área da saúde, no município. Citado os itens é colocado em votação e aprovado por (21) Vinte e Um votos favoráveis. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada às 21h16min, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Tânia Bighetti
Secretário da Assembleia